

NAÇÃO VALENTE

Decisões
Soberanas para
Portugal

JOÃO ANNES



PACTOR

JOÃO ANNES

Desenvolve a sua atividade no setor privado nos domínios da segurança e defesa, com especial incidência na cibersegurança de infraestruturas críticas. Desempenhou funções públicas na área da Defesa Nacional nos XIX e XX Governos e no Centro Nacional de Cibersegurança. E é na vida cívica ativa, nomeadamente através do Observatório de Segurança e Defesa da SEDES, que se destaca como orador em conferências e pela intervenção regular nos diferentes meios de comunicação social nacionais e internacionais sobre temas de geopolítica e segurança interna.

É licenciado em Relações Internacionais, com especialização em Segurança e Informações, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Possivelmente [em criança, o João] estava já a absorver o mundo, inconscientemente a estudá-lo, avidamente a devorá-lo.

João Annes acredita convictamente que somos uma "Nação Valente" com gente capaz de tornar Portugal melhor. Também não duvido que não estaria em paz se não trilhasse esse caminho, não obstante as pedras e aquela condescendência típica dos que desistem cedo demais.



Valentina Marcelino,
jornalista, Diretora Adjunta do DN
in Sobre e Astor

"Nação Valente", de João Annes é um convite a pensar Portugal com ambição, lucidez e sentido histórico.

"Nação Valente" é, assim, mais do que um diagnóstico: é uma doutrina de "porto de abrigo" aplicada ao século XXI, que conjuga alianças firmes, vocação atlântica e presença global com a exigência de investimento inteligente em defesa, especialmente no poder marítimo e aéreo.



Álvaro Beleza,
Presidente da Seção
in Prefácio

JOÃO ANNES

NAÇÃO VALENTE

Decisões Soberanas para Portugal



www.pactor.pt



Este produto tem reservados todos os direitos de autor, sendo proibida a sua reprodução total ou parcial em qualquer formato ou suporte, difusão, modificação, publicação ou qualquer uso comercial ou não comercial de qualquer conteúdo, assim como é proibida a utilização em bases de dados, ferramentas de *data mining*, *robots*, ou ferramentas similares de extração e compilação de dados, incluindo a sua consulta e uso por sistemas de inteligência artificial, quaisquer que sejam os seus objetivos, sem prévia autorização por escrito da Editora.

EDIÇÃO

PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação
Av. Praia da Vitória, 14 A – 1000-247 LISBOA
Tel: +351 213 511 448
pactor@pactor.pt
www.pactor.pt

DISTRIBUIÇÃO

Lidel – Edições Técnicas, Lda.
R. D. Estefânia, 183, R/C Dto. – 1049-057 LISBOA
Tel: +351 213 511 448
lidel@lidel.pt
www.lidel.pt

LIVRARIA

Av. Praia da Vitória, 14 A – 1000-247 LISBOA
Tel: +351 213 541 418
livraria@lidel.pt

Copyright © 2026, PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação
* Marca registada da FCA PACTOR Editores, Lda.
ISBN edição impressa: 978-989-693-214-5
1.ª edição impressa: fevereiro de 2026

Paginação: Carlos Mendes
Impressão e acabamento: Caflesa – Soluções Gráficas, Lda. – Venda do Pinheiro
Depósito Legal n.º
Capa: José M. Ferrão – *Look-Ahead*
Ilustrações: Mariana Raimundo

Todos os nossos livros passam por um rigoroso controlo de qualidade, no entanto, aconselhamos a consulta periódica do nosso *site* (www.pactor.pt) para fazer o *download* de eventuais correções.

Não nos responsabilizamos por desatualizações das hiperligações presentes nesta obra, que foram verificadas à data de publicação da mesma.

Os nomes comerciais referenciados neste livro têm patente registada.



Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo eletrónico, mecânico, fotocópia, digitalização, gravação, sistema de armazenamento e disponibilização de informação, *sítio Web*, *blogue* ou outros, sem prévia autorização escrita da Editora, exceto o permitido pelo CDADC, em termos de cópia privada pela AGEOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, através do pagamento das respetivas taxas.

Índice

Prefácio	VII
Sobre o Autor	XIII
Introdução	
UMA VISÃO ESTRATÉGICA “À PORTUGUESA”	
Por um Portugal resiliente, moderno e fiel à sua identidade	XIX
1	
JOGADORES VERSUS TABULEIROS	
Três impérios que dividem o mundo multipolar	1
2	
OS TABULEIROS QUE DECIDEM O FUTURO DA HUMANIDADE	
Interesses, dogmas religiosos e visões civilizacionais em confronto	25
3	
PREVENIR AMEAÇAS E EVITÁ-LAS	
A estratégia 4P para um estado-nação resiliente	35
4	
A EUROPA NUMA ENCRUZILHADA ESTRATÉGICA	
Jogador ou tabuleiro no século XXI?	47
5	
PORTUGAL COMO UM PORTO DE ABRIGO GEOPOLÍTICO	
A nova “Casablanca” do mundo multipolar	67
6	
REFORMAR OU DEFINHAR	
Quando a segurança determina a sobrevivência	77

7

A GUERRA INVISÍVEL

Como o ciberespaço redefiniu o poder 91

8

DEMOCRACIA EM RISCO

Da desinformação à sobrevivência 105

9

OPORTUNIDADES E ESCOLHAS PARA A ECONOMIA DO FUTURO

Pensar global e agir regional 119

10

A GRANDE MIGRAÇÃO

Quem escolhe o futuro demográfico? 133

11

EDUCAÇÃO E IDENTIDADE

O último bastião da soberania 147

12

SAÚDE COMO PILAR DA RESILIÊNCIA NACIONAL

Eficiência na gestão e eficácia na resposta 165

13

QUANDO O CRIME DESTRÓI NAÇÕES

Sistematizar a transparência e desbloquear o combate 173

Conclusão

Para além da curva da estrada... Está o castelo 183

Referências

191

Prefácio

Por **Álvaro Beleza**,
Presidente da SEDES

Doutrina e Estratégia de Política Externa e Defesa de Portugal

O livro *Nação Valente*, do João Annes, é um convite a pensar Portugal com ambição, lucidez e sentido histórico. O João, um ilustre membro do Observatório de Segurança e Defesa da SEDES, tem realizado um trabalho excecional na área da Cibersegurança – e não só. Nesta obra, projeta uma visão ampla, estratégica e doutrinária para a política externa, de segurança e defesa de Portugal, cruzando o pensamento com a experiência e a realidade de um mundo crescentemente instável.

O livro emerge num contexto em que a ordem global, fundada no primado da lei, nas Nações Unidas, nos tribunais internacionais e na Carta das Nações Unidas, sofre pressões que remetem, por vezes, a uma lógica de força típica das épocas imperiais e dos longos ciclos civilizacionais. A razão, os valores e a democracia liberal enfrentam riscos reais. Neste quadro, João Annes argumenta que Portugal – e também a Europa – precisam de reencontrar uma doutrina, uma coerência e uma postura estratégica que, sem inventar do nada, se inspira no que de melhor construímos ao longo de quase 900 anos de história.

Portugal é um “porto de abrigo”: geograficamente central no Atlântico, ponte natural entre Europa, Américas e África. Foi império global, é diáspora, tem presença cultural e política nos cinco continentes – da China a Macau, de Goa à Índia, de Timor à Austrália, de África à América Latina, incluindo uma marca cultural expressiva no Japão. A partir dessa identidade atlântica e global, impõe-se um alinhamento claro com os nossos parceiros – União Europeia e NATO – sem abdicar da vocação universalista que molda o país há séculos. A histórica aliança com a Grã-Bretanha, desde os primórdios da consolidação nacional, e a parceria transatlântica com os Estados Unidos, enquadram o nosso posicionamento: Portugal tem vizinhos estratégicos que

são o norte (Grã-Bretanha), o ocidente (Estados Unidos), o leste (Espanha) e o sul (Marrocos). Esta arquitetura de segurança atlântica é essencial, sem perder de vista o papel junto de África, Brasil, América do Sul, Índia, China, Macau, Ásia e Timor.

A visão proposta neste livro é clara: transformar capital relacional e cultural em crescimento económico, atraindo investimento, talento e imigração qualificada, enquanto se reforça o pilar da defesa nacional. Com uma das maiores áreas marítimas do mundo e responsabilidade sobre uma vasta zona do Atlântico Norte, Portugal não pode descurar o investimento na Marinha e na Força Aérea. A tese é tão simples quanto exigente: para garantir a paz, é preciso capacidade preventiva; para ter voz no mundo, é preciso força credível.

João Annes sublinha, com razão, que a Europa viveu demasiado tempo sob a sombra da proteção americana, sem construir a sua própria massa crítica militar. A União Europeia – somada à Grã-Bretanha – é uma potência económica maior do que a China ou os Estados Unidos, mas mantém-se um anão militar. Se a Europa alcançar uma projeção de defesa proporcional ao seu peso económico, poderá afirmar-se como grande ator político global. E essa afirmação não é belicista: é a condição para que a Europa desempenhe o papel que lhe é próprio – ser guardião da paz, do primado da lei, da democracia liberal pluralista e de um Estado social robusto, orientado por uma economia social de mercado. Valores como solidariedade, fraternidade, igualdade e liberdade individual não são meras declarações; são pilares de uma civilização que a Europa vive há décadas e que o mundo carece que ela defenda ativamente.

Nação Valente é, assim, mais do que um diagnóstico: é uma doutrina de “porto de abrigo” aplicada ao século XXI, que conjuga alianças firmes, vocação atlântica e presença global com a exigência de investimento inteligente em defesa, especialmente no

PREFÁCIO

poder marítimo e aéreo. É uma proposta para que Portugal, fiel à sua História e atento ao seu presente, contribua para uma Europa capaz de ser árbitro e protagonista na proteção dos valores universais – politicamente, economicamente e militarmente.

Ao ler este livro, o leitor encontra uma estratégia para tempos incertos, mas também uma reafirmação de confiança: a de que um país com memória, com mar e com mundo pode – e deve – ser “nação valente”.

Álvaro Beleza
Estoril, 4 de janeiro de 2026

Sobre o Autor

Por **Valentina Marcelino**, Jornalista,
Diretora Adjunta do *Diário de Notícias*

Ir mais longe, sempre.

Para fazer este perfil fui procurar o momento exato em que falei pela primeira vez com o João. Fiquei incrédula quando constatei que tinha sido no início de outubro de 2024. Há pouco mais de um ano, portanto – e, ainda assim, tanta coisa que partilhámos desde então. Duas grandes conferências do *Diário de Notícias*, uma temporada do *podcast* Soberania, em pareceria com a SEDES, representada pelo João, e o Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo.

Gostava de ouvi-lo nos seus comentários televisivos, assertivos e serenos, e pedi-lhe um artigo de opinião sobre o impacto da declaração de “guerra” de Israel ao secretário-geral da ONU, António Guterres, após o Governo de Telavive o considerar “*persona non grata*” por não ter condenado o ataque do Irão com a veemência desejada.

Não me lembro exatamente quando, mas sei que poucos dias depois o João estava na redação do DN a propor que organizássemos uma grande conferência sobre o novo regime jurídico para a cibersegurança. Em dois meses, para nove de dezembro desse ano.

Normalmente, este tipo de ideias ousadas e aparentemente irrealistas despertam desconfiança em relação a quem as propõe. Mas o DN estava num momento decisivo de planeamento das suas conferências e esta podia marcar um arranque ao mais alto nível. A energia do João, a sua determinação, a ambição de querer uma organização grandiosa, fez-me lembrar o Rui Ochoa, uma referência do jornalismo fotográfico, quando preparávamos as reportagens no *Expresso*: “Ou é em grande ou não vale a pena!”, dizia. Aprendi para a vida.

O João foi o curador. Organizámos os painéis com a direção do DN. E a conferência foi, de facto, um enorme sucesso, com o auditório da Fundação Oriente esgotado e uma prova viva de

como o debate e a informação é serviço público. No mesmo dia, o Governo anunciou um prolongamento do prazo para a consulta pública do diploma que viria a terminar com um dos maiores números de contributos de sempre.

Quatro meses mais tarde, em março, chamei de novo o João para organizar a Grande Conferência de Defesa Nacional, em abril, na Academia Militar. A mesma dedicação, empenho e entusiasmo contagiante. A mesma intensidade, por vezes mal compreendida, a mesma persistência e, sobretudo, a mesma paixão por o que está a fazer. Porque sente que contribui para criar conhecimento essencial à decisão.

Costumo dizer que quando acredito numa ideia, num projeto, vejo-os logo concretizados no futuro. Não importa o caminho. Sei que vai acontecer. Talvez tenha sido esse o nosso ponto em comum.

Há dias perguntei ao pai do João se ele era uma criança hiperativa. Ele sorriu e disse: “de todo, era muito calmo e observador”. Possivelmente estava já a absorver o mundo, inconscientemente a estudá-lo, avidamente a devorá-lo.

Diz muito da sua personalidade a escolha com que encerra este livro. Cita Alberto Caeiro, heterónimo de Fernando Pessoa: “Para além da curva da estrada/Talvez haja um poço, e talvez um castelo/E talvez apenas a continuação da estrada”. Para o João, como para Caeiro, está a “fixar em três simples estrofes o ciclo da vida humana, individual e coletiva”. Porque “está sempre dentro de nós a vontade de ir «para além da curva da estrada», de ir mais longe ao encontro de um destino maior. Mas nunca sabemos o que nos espera, sendo este um dos traços cruciais da condição humana”.

Não duvido e João Annes acredita convictamente que somos uma “Nação Valente” com gente capaz de tornar Portugal melhor. Também não duvido que não estaria em paz se não trilhasse esse

caminho, não obstante as pedras e aquela condescendência típica dos que desistem cedo demais.

Sobre o seu percurso académico e profissional, ficam aqui algumas etapas.

O João é *Chief Information Security Officer* da ANA – Aeroportos de Portugal, grupo VINCI Airports. No âmbito destas funções, é chairman do comité de cibersegurança da ACI Europe (organização que representa mais de 600 aeroportos europeus), onde participa na elaboração de *policy papers* e propostas de alteração a regulamentos europeus. Integrou, ainda, o grupo de revisão da Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA) ao nível da conformidade do novo regulamento de cibersegurança para a aviação.

Tem, também, uma participação cívica ativa, nomeadamente, através do Observatório de Segurança e Defesa da SEDES, entidade que representa em conferências, e participação regular em artigos de opinião e comentário geopolítico nos meios de comunicação social nacionais e internacionais, incluindo a participação no podcast Soberania.

É, também, presidente da direção instaladora da APECSYS – Associação para a Promoção do Ecosistema Digital Sustentável, um fórum para onde pretende canalizar o conhecimento e experiência cívica e técnica adquiridos ao longo dos anos em matérias de defesa, cibersegurança e geopolítica.

Entre 2018 e 2019, integrou o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), onde desenvolveu exercícios de gestão de crises, implementou centros de análise e partilha de informações de cibersegurança em vários setores da economia portuguesa, e foi responsável pela análise de risco de segurança nacional das redes 5G.

Entre 2011 e 2015, foi assessor do secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional nos XIX e XX Governos Constitucionais,

período durante o qual participou na preparação da reorganização da macroestrutura das Forças Armadas e das estruturas do Ministério da Defesa, no acompanhamento da participação portuguesa no exercício de gestão de crises da NATO CMX15 e em dossiês sensíveis ligados a informações classificadas, ciberdefesa e cibersegurança.

Licenciado em Relações Internacionais, com especialização em Segurança e Informações, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, é mestrando pela mesma universidade em Estratégia.

É professor e formador há mais de uma década, tendo desenhado e coordenado pós-graduações em gestão de cibersegurança, inteligência e operações no ciberespaço e em gestão estratégica da proteção de dados.

Introdução

UMA VISÃO ESTRATÉGICA “À PORTUGUESA”

Por um Portugal resiliente, moderno
e fiel à sua identidade



Infante D. Henrique

Filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, o Infante D. Henrique foi o principal impulsionador da expansão ultramarina portuguesa.

O mestre marceneiro de naus Bartolomeu demorou a habitar-se a Sagres.

O vento vicentino contínuo e violento, a precaridade da habitação, a comida pobre e o vinho miserável faziam-no sentir saudades de casa.

Faltavam-lhe o grande estaleiro na Lisboa junto ao rio, as tabernas das vielas e as moças cantadeiras.

Mas as semanas foram passando, e Bartolomeu percebeu que passara a pertencer a algo de único.

O Príncipe português Henrique era ambicioso, tinha prestígio na Europa, sendo também conhecedor e metódico. Além disso conhecia bem a natureza dos homens.

O soldo era alto e cada um tinha a liberdade para contribuir do modo que queria para os projetos.

Bartolomeu nunca imaginou estar entre os melhores, alguns que só conhecia de fama e lenda, outros que mostravam a sua elevada arte no trabalho diário.

Bartolomeu trabalhava com os mestres de ofícios das naus, mas também do velame e do cordame.

Queriam-se navios para chegar a qualquer coordenada do mundo.

Demorou tempo, mas passou a amar Sagres quando percebeu que dali ia sair algo de grandioso, para si, para os que estavam ali e para o mundo.

Bartolomeu teve a boa fortuna de ter sido escolhido pelo Príncipe Henrique, o Navegador, para trabalhar na escola de Sagres, que ele fundou depois de convencer o Rei e os nobres.

Henrique, o Navegador, a quem muito devemos por ter tido a visão de que indo por mar chegaríamos ao mundo, não era somente um príncipe com profunda visão de Estado.

No fundo, para usar um contexto contemporâneo, foi o CEO do primeiro polo de conhecimento tecnológico do Ocidente, atraindo, com remunerações altas e incentivos fiscais, cartógrafos judeus, construtores navais portugueses, artífices muçulmanos e navegadores italianos.

Sagres transformou-se assim na “Silicon Valley do século xv”, porque conseguiu reunir muito do melhor poder científico e especializado daquele tempo, todo ele encaminhado para o objetivo de descobrir novas terras.

Para Henrique, a passagem do conhecimento dos melhores para os nossos era a chave de tudo. Queria uma Nação ambiciosa e ousada, mas também assente no melhor conhecimento.

É um momento elevado da nossa História que não devemos esquecer. Para podermos competir e vencer no mundo contemporâneo, precisamos de uma estratégia inspirada na visão, na ousadia e no engenho do Príncipe Navegador.

Nós, os portugueses, temos o espírito, a resiliência e uma identidade, que caminha para 900 anos, capazes de nos permitir enfrentar e superar os grandes desafios do mundo contemporâneo que nos esperam.

Lutámos ao longo de toda a nossa História pela nossa liberdade, fomos primeiro que todos os outros povos a lugares que o mundo desconhecia e temia. Temos construído o nosso percurso coletivo da fundação aos dias de hoje com orgulho, união e pragmatismo.

O que precisamos agora é de uma visão estratégica que todos entendamos e da qual queiramos fazer parte, que seja capaz de nos proteger das ameaças que nos esperam, de identificar as rotas em que devemos navegar e de nos levar aos portos a que queremos chegar.

Escrevo este livro como um modesto contributo para que possamos atingir os objetivos que enuncio.

Antes de tudo, devemos entender lucidamente o mundo contemporâneo, que será igualmente o do futuro próximo. Será o dos nossos filhos e netos.

Pertencemos a um mundo que é hoje multipolar, isto é, no qual nenhuma Nação tem supremacia, e um conjunto de Estados superpoderosos procura exercer domínio mundial e regional para defender e concretizar os seus interesses.

A competição entre os Estados mais poderosos gera um ambiente de policrise, ou seja, crises devastadoras e guerras que ocorrem num ponto geográfico localizado, mas que podem rapidamente estender-se a outros pontos, regiões e até, em diversos casos, tornarem-se globais. Nem os outros povos nem nós, os portugueses, conseguiremos escapar a esta tempestade geopolítica.

Neste mundo contemporâneo, pretendo despertar a atenção dos meus concidadãos para o facto de não estarmos indefesos. Pelo contrário, temos armas, ou argumentos poderosos, para enfrentar os perigos e ameaças mencionados.

A nossa identidade e a nossa cultura assentam na capacidade de enfrentar, com mais ou menos receio, os desafios e os perigos, e em estabelecer pontes e diálogos com todos os Estados e povos.

A nossa identidade e a nossa cultura assentam também num traço único: o de termos a humildade e a sabedoria de acolhermos todas as culturas e todas as ideias que, sendo diferentes, não ponham em causa princípios e valores fundamentais que nos caracterizam. São estas a fundação e a matéria fundacional nas quais assenta a visão estratégica que aqui partilho com todos os leitores.

A visão estratégica apresentada neste livro não é teórica e conceptual, embora seja fundamentada em fontes confiáveis.

Pelo contrário, é realista e pragmática, assentando, essencialmente, em como melhor podemos defender os nossos interesses, criar riqueza para os nossos cidadãos e relevância global para Portugal. Dou-lhe o nome de “Estratégia 4P”, assente em prevenir, proteger, projetar e prosperar, e terei a oportunidade de a desenvolver ao longo dos capítulos deste livro.

A abordagem que proponho para o plano externo passa pela criação de laços com os países mais poderosos e pelo combate por uma União Europeia que tenha um papel decisivo a desempenhar na geopolítica e nos negócios globais, aproveitando a força das nações que a constituem.

No plano interno, devemos conhecer e reduzir as nossas vulnerabilidades políticas, económicas e de segurança.

Acredito que, para aumentarmos a relevância de Portugal e criarmos riqueza para os nossos cidadãos, devemos reformar as políticas que não são eficazes e investir nas áreas onde o nosso engenho pode garantir-nos um espaço relevante no conserto das nações.

Acredito que o fator “liderança” é hoje, mais do que nunca, o fator-chave na capacidade de Portugal executar reformas nos setores vitais do sistema democrático, da educação, da economia, da saúde e da imigração.

Devemos acabar com os preconceitos ideológicos que condicionam a criação de novas empresas e transformar as entidades públicas, posicionando Portugal enquanto ator de referência na economia digital, na energia verde e noutras indústrias críticas.

Temos de mostrar aos nossos decisores políticos e económicos, usando os processos democráticos e cívicos que temos ao nosso dispor, qual o rumo que pretendemos para Portugal.

A verdade é que vivemos um momento tão perigoso como tantos outros que tivemos de enfrentar juntos no passado.

A forma e o sentido de urgência da nossa resposta ditará o grau de soberania futura de Portugal, e a qualidade das nossas liberdades, garantias e oportunidades individuais.

A longa História da nossa Nação convoca-nos. Todos somos necessários e ninguém está dispensado de contribuir, com o que puder e souber, para o Portugal culturalmente autêntico, politicamente soberano e economicamente sustentável que queremos entregar como herança aos nossos filhos e netos.

Estou certo de que a análise geopolítica e a visão estratégica para Portugal que aqui deixo vai contribuir para que cada um de nós decida cada vez melhor, quando tiver de tomar as pequenas e as grandes decisões que terá pela frente.

Há uns tempos, uma pessoa amiga perguntou-me: “*Quando foi a última vez que fizeste algo pela primeira vez?*”. Na altura em que está a ler estas palavras, já lhe terei respondido: “*Escrevi um livro, e quando terminei descobri que foi o primeiro*”.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. O que nos pode ensinar o nosso passado de 800 anos para enfrentarmos os perigos e os desafios que nos cercam?
2. Conseguimos reduzir a uma frase o que verdadeiramente desejamos para o nosso país?
3. Qual é o desígnio nacional com apelo suficiente para nos mobilizar a todos?

3

PREVENIR AMEAÇAS E EVITÁ-LAS

A estratégia 4P para um estado-nação
resiliente



General Pedro Cardoso

Foi general do Exército português e estratega das Informações. Tornou-se uma figura determinante na criação do Serviço de Informações da República Portuguesa (SIRP), deixando uma marca profunda como referência ética de uma cultura de informações democrática em Portugal.

O veterano General de cavalaria chegava sempre ao edifício governamental de madrugada, por vezes antes da funcionária da limpeza, a única que seguia o horário matinal.

O seu ritual era o mesmo há décadas. Acendia o candeeiro da secretária, fazia chá e comia um ou dois biscoitos de manteiga, daquelas caixas azuis de metal vindas da Dinamarca. De seguida, pegava nos relatórios escritos à máquina e, por vezes, nos manuscritos que lhe chegavam de todo o mundo, já que no princípio da década de 80 do século xx os computadores eram ainda escassos, e a Internet apenas uma ficção científica americana. A sua missão e o seu dever eram os de proteger a Nação, dando a melhor informação ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Parlamento e às entidades militares e de segurança.

Ao longo da sua vida militar, tinha cumprido muitas missões complexas, mas nenhuma como a que agora enfrentava. Como costumava dizer, era uma missão de “grande espinhosidade”. No fundo, tratava-se de convencer os decisores políticos e os deputados de todos os partidos de que Portugal, como todos os Estados, precisava de um sistema de informações eficaz, inexistente desde 1974. Sabia o General que as ameaças e os perigos eram muitos, e que a única maneira de os evitar ou mitigar era a de “ter boa notícia e atempada”.

Voltou ao texto que estava a redigir, um memorando para o Primeiro-Ministro, colocando na chávena o que restava do primeiro bule de chá.

Após muitas revisões, os parágrafos pareciam-lhe claros. Gostava especialmente de um, em que escrevera: “onde o governante tem de ser hábil, dominante e objetivo é nas análises, previsões e estudos prospetivos, para reduzir ao mínimo a surpresa e a impreparação do aparelho de Estado para fazer face aos acontecimentos”.

Comeu mais um biscoito, fez mais chá. O memorando seria enviado ao Primeiro-Ministro nessa tarde.

O General sentou-se no cadeirão e bebeu o chá quente. Tinha dúvidas sobre o êxito da sua missão. Os políticos portugueses olhavam com desconfiança para um sistema de informações democrático, dada a experiência ainda fresca do aparelho da ditadura.

Só anos depois, na última metade da década referida, o General cumpriria a sua missão, com a aprovação, depois de muita negociação, no Parlamento, da lei de informações da República Portuguesa.

O General Pedro Cardoso não comemorou. Tinha apenas feito o seu dever de, com toda a sua dedicação e conhecimento, contribuir para um Portugal mais resiliente e com maior valor estratégico de intervenção no mundo.

Hoje, décadas depois, precisamos ainda mais de uma visão estratégica sólida, de um Estado resiliente, de uma sociedade coesa e de uma economia que conquiste mercado no mundo.

Tal é importante para todos nós porque os dados e a análise partilhados nos dois capítulos anteriores deste livro tornam transparente o mundo ameaçador e complexo que Portugal e os seus cidadãos enfrentam.

O World Economic Forum (WEF), no seu relatório de 2025⁽¹²⁾, sobre riscos e ameaças globais, faz uma síntese especialmente clara, começando por escrever que “os conflitos armados entre Estados surgem como o principal risco imediato para 2025, refletindo o aumento das tensões geopolíticas e da fragmentação a nível mundial”.

O espectro de ameaça a que nós portugueses estamos submetidos é assim vasto e grave, começando pelo gerado a partir

da nova geopolítica multipolar, que se poderá concretizar de dois modos.

Numa primeira frente, a intensificação da conflitualidade e da competitividade pela supremacia política e económica entre os Estados Unidos da América (EUA), a Rússia e a China avoluma o risco de conflitos armados regionais, que nos podem afetar, tanto em território europeu, como se envolverem a plataforma marítima atlântica enquanto palco decisivo de operações.

Numa segunda frente, estamos expostos a manifestações de guerra híbrida, isto é, que fundem ações militares tradicionais com sabotagem e destabilização, muitas vezes por via digital, com o objetivo de causar danos na sociedade escolhida como alvo.

A guerra híbrida é hoje uma ameaça complexa porque pode ser exercida por Estados e por entidades não-estatais, de grupos criminosos a cultos extremistas. Esta tipologia de guerra é praticada de inúmeras formas, de campanhas de desinformação a ataques a infraestruturas críticas, como as de comunicações, passando também pela negação de recursos energéticos.

No seu estudo de 2025⁽¹³⁾, “SIPRI Yearbook 2025”, o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) anota que “*a segurança mundial continuou a deteriorar-se ao longo de 2024*”, sendo que “*os indicadores desta deterioração persistente incluíram grandes conflitos armados e o aumento das despesas militares pelo décimo ano consecutivo*”.

Reforçando a perigosidade geoestratégica, os relatores do SIPRI acrescentam que “*novas incertezas surgiram no primeiro trimestre de 2025, após a eleição de Donald Trump como presidente dos EUA, o que provocou um afastamento significativo da política anterior dos EUA, das premissas da segurança mundial e nas relações com os seus aliados*”.

São também os relatores do SIPRI a apontar a materialização de uma ameaça assustadora, escrevendo que “*a era da redução*

5

PORTUGAL COMO UM PORTO DE ABRIGO GEOPOLÍTICO

A nova Casablanca do mundo multipolar

O “Libertador da Pátria”, como popular e carinhosamente era tratado pelo povo português, sentou-se numa das cadeiras desconfortáveis do convento e pensou que aquela era a primeira madrugada em 28 anos em que não sentia o cheiro a batalha.

António Luís de Menezes, Marquês de Marialva, tinha sido, desde a primeira hora, um dos 40 conjurados da Guerra da Restauração pela Independência de Portugal, encetada em 1640.

Quiseram Deus e o destino, pensou ele, sentindo-se ali quase nu sem a malha, o capacete e, principalmente, sem a velha espada que lhe fora dada pelo pai, que tivesse sido muito mais que um dos conjurados.

O Marquês fora escolhido sem hesitação para chefe militar da força portuguesa naquelas quase três décadas de combate aos castelhanos. A sua vida fora a tenda, o cavalo, a estratégia e o aço a entrar no corpo do inimigo.

De entre tantos combates, o Marquês conseguira vitórias decisivas na Batalha da Linha de Elvas, no agora para ele longínquo ano de 1659, e na Batalha dos Montes Claros, encetada em 1665, que conduziu Portugal e Castela ao convento onde em minutos começariam as negociações.

Nunca confessaria a ninguém, mas já em pé na antecâmara, porque não era homem de imobilidade, e a minutos de negociar a paz com os castelhanos, António Luís de Menezes sentia ainda que só a bondade de Deus lhe permitira não morrer em batalha, sem ver o seu Portugal independente.

Dois soldados portugueses entraram na antecâmara, trazendo o prisioneiro algemado. O Marquês de Marialva conteve a sua fúria, e, com palavras secas, ordenou que o seu par espanhol, o Marquês Del Carpio, que estivera prisioneiro no Castelo de São Jorge nos últimos cinco anos, fosse libertado.

Os dois chefes militares saudaram-se com formalidade e respeito. Foram os dois para um canto da câmara. Não demoraram muito a dialogar sobre o que lhes competia.

Del Carpio aceitava que Castela capitulara militarmente, Marialva não queria que o nobre castelhano entrasse para o salão das negociações com a honra destruída.

Uma porta abriu-se e o secretário do Marquês do Cadaval, que ia liderar a negociação por Portugal, chamou António Luís de Menezes.

No salão, estavam o Marquês do Cadaval e os outros quatro nobres nomeados plenipotenciários para conseguir a paz com os castelhanos.

Os seis homens reviram minuciosamente todos os pontos da sua agenda.

Ao fim do dia, o Tratado de Paz de 1668, lavrado no Convento de Santo Elói, sagrava Portugal como nação independente. Castela comprometera-se com a justa causa portuguesa e com o fim da guerra.

Ao abandonar a sala de negociações, António Luís de Menezes não tinha em mente participar no jantar comemorativo. Tinha em mente que tinham sido precisos quase 40 anos de batalha, dor e morte para atingir o objetivo nacional supremo. Era tempo de embainhar a espada e guardá-la para o seu filho. O Estado português conseguiu atingir os seus objetivos estratégicos através de uma capacidade militar dissuasora e astúcia diplomática, porque os seus atores compreenderam, no momento certo, que a soberania conquista-se no campo de batalha, mas preserva-se na mesa das negociações.

A grande questão que nos apoquentava a todos, a começar por mim, é por onde deve ir Portugal, envolvido por este mundo multipolar que todos os dias evolui perante nós.

Creio que temos um papel para desempenhar se conseguirmos definir de modo claro as nossas prioridades geopolíticas e se tivermos vontade política e coletiva para as concretizar. Ou seja, tem de ser clara para todos nós a necessidade absoluta de possuírmos uma visão geoestratégica para Portugal, que os portugueses possam compreender e abraçar, não esquecendo nunca que nos momentos críticos da nossa História sempre mostrámos engenho e união.

Recordo que na Batalha de Aljubarrota, em agosto de 1385, que opôs a nossa força combatente à de Castela, 6500 dos nossos derrotaram 31 mil castelhanos, e que tal só aconteceu porque escolhemos com argúcia o terreno de confronto, o Planalto de São Jorge, usámos arqueiros ingleses e empregámos táticas criativas, como as célebres “covas de lobo”, armadilhas colocadas no solo.

Precisamos deste engenho hoje, que não é mais do que uma aplicação da geopolítica da sobrevivência.

Tal como em Aljubarrota, temos de estabelecer um posicionamento estratégico, que assenta na plataforma atlântica, na criação de parcerias tecnológicas e na inovação disruptiva, para que possamos ser relevantes no tabuleiro geoestratégico e na economia digital.

A minha visão geoestratégica é a de posicionar Portugal como a principal ponte geopolítica e económica entre todos os jogadores e em todos os tabuleiros, que são determinantes para a sobrevivência política do Estado português. Incluo nesta minha visão geoestratégica um trabalho permanente de preservação e comunicação do património material e imaterial que nasce do nosso povo e tem presença há muitos séculos nos cinco continentes do mundo. Escrito de outro modo, devemos trabalhar para

8

DEMOCRACIA EM RISCO

Da desinformação à sobrevivência



D. João I, Mestre de Avis

D. João I, Mestre de Avis, foi o rei estratega que, nascido bastardo e aclamado pelo povo, salvou a independência de Portugal na crise de 1383-1385, venceu em Aljubarrota e lançou o reino rumo à expansão além-mar.

O membro da dinastia real portuguesa, João, não deixara de notar a arte e o engenho do jovem fidalgo eborense. Educado em Itália e França, muito tendo aprendido com cientistas e monges letrados, tinha a ousadia necessária para pensar em planos fora do comum.

Naqueles primeiros meses de 1383, o membro da dinastia real João vivia tempos atribulados. A sua revolta, apoiado por nobres, mercadores e guerreiros, como Nuno Álvares Pereira, e sancionada pela Corte, contra os objetivos de Castela, ainda não lhe permitira garantir a ascensão a Rei. Ao contrário do que era costume, não o preocupava intensamente a frente militar, que era decisiva quando o inimigo era Castela. Sabia que Nuno Álvares Pereira tinha o engenho e o apoio dos nobres para fazer frente aos castelhanos. O que preocupava o candidato ao trono João eram as conspirações por todo o Reino e o desconhecimento que os Estados europeus tinham dele. Não era também ainda versado nas artes diplomáticas, e não sabia como influenciar os poderosos europeus a tomarem partido por Portugal, e não por Castela.

O jovem fidalgo tinha um plano arrojado, que os conselheiros de João recusaram logo. Mas o candidato ao trono sabia que a guerra era total, e que todos os meios se justificavam.

Chamou o jovem fidalgo ao trono e pediu-lhe para detalhar o plano. À medida que o eborense expôs planos e pormenores, João entendeu que era mesmo um plano de risco. O jovem propunha criar uma série de 12 cartas falsas, assinadas por influentes nobres castelhanos, mas também por diplomatas e conselheiros europeus, que seriam enviadas aos Estados europeus, enumerando informações políticas, económicas e militares de Castela que não correspondiam à verdade. O teor de algumas das cartas, as de maior risco, defendia que Castela não desejava o conflito armado com Portugal.

O objetivo era desacreditar o Estado inimigo aos olhos dos seus aliados e rivais, ganhando tempo para a afirmação de João. O jovem fidalgo garantia execução técnica perfeita, do texto, a selos de autenticação.

Umas semanas depois, surgiu com as 12 cartas. Os conselheiros de João tiveram de ceder. As cartas eram perfeitas, pareciam reais. O candidato ao trono deu a ordem de envio de todas elas.

A história, narrada por Fernão Lopes, não revela o efeito que as cartas falsificadas produziram nas salas de poder europeu, mas a verdade é que o candidato ao trono conseguiu atingir o seu objetivo, tendo sido eleito como o Rei D. João I.

Este é o primeiro caso documentado de guerra de informação desencadeada pelo Estado português.

O cenário da desinformação é hoje bastante mais complexo, pois se em 1385 bastaram 12 pergaminhos para mudar uma guerra, hoje um *tweet* manipulado pode eleger presidentes, fazendo com que o exercício da democracia exija a verificação contínua dos factos e dos seus produtores. Escrito de outro modo, requer uma nova alfândega cultural, científica, política e ideológica, flexível e presente em todas as plataformas e fluxos digitais.

Confesso que me surpreende um pouco a falta de debate e de reflexão entre nós sobre estes novos perigos a que está submetida a nossa sociedade democrática contemporânea.

Não me refiro, neste capítulo, a estratégias políticas de desvalorização dos princípios e do sistema democrático tendo como objetivo ganhos eleitorais a curto prazo. Procuro antes dar visibilidade a perigos vindos da execução de operações insidiosas e sombrias executadas por Estados e por entidades ativistas globais

com o objetivo de afetar, minar ou causar dano grave à nossa sociedade e ao nosso edifício democrático.

No catálogo de perigos da tipologia que aponto, considero os mais graves as operações de influência, de espionagem e de informações, de ataques tecnológicos a instituições fundamentais para o sistema democrático, utilizando, por exemplo, a desinformação.

Os atos de influência visam normalmente decisores ou líderes políticos, empresariais, judiciais e académicos (para nomear apenas os mais visados), e procuram a adesão destes a ideologias ou movimentos sociais que perturbam, desvalorizam e tentam eliminar os valores democráticos.

Os esforços de espionagem têm como caminho obter informação sensível de um Estado e das suas empresas, e promover tomadas de decisão que prejudiquem os seus interesses.

Os ataques tecnológicos a instituições democráticas chave, como, por exemplo, a Comissão Nacional de Eleições em período eleitoral, têm como único objetivo gerar medo para causar pânico na sociedade e descrença na solidez das suas instituições.

As campanhas de desinformação assumem hoje mil e um formatos, graças à tecnologia disponível, e são normalmente construídas para atingir um de dois objetivos: o primeiro é o de inculcar na demografia de um Estado uma informação que é falsa, de natureza política, económica ou social, procurando assim atingir uma destabilizar decisores e cidadãos; o segundo é o de, novamente com recurso a informação falsa, eliminar ou diminuir a influência da informação factual de valor para os decisores e cidadãos.

Todas estas tipologias têm vindo a ser teoricamente acantonadas no conceito de “guerra híbrida”. Dissecando o essencial da proposta teórica, são formas de guerra que não exigem forças e equipamentos militares tradicionais e que resultam de uma

NAÇÃO VALENTE

Decisões Soberanas para Portugal

Portugal enfrenta hoje uma escolha decisiva: adaptar-se aos imperialismos da nova ordem multipolar ou aceitar a irrelevância geopolítica e o empobrecimento.

Este livro parte dessa encruzilhada para propor uma visão clara, realista e pragmática sobre os desafios para a soberania de Portugal no século XXI.

Através de uma análise rigorosa dos grandes jogadores globais e dos tabuleiros onde se decide o futuro da humanidade, João Annes constrói uma proposta integrada para o Estado português. Por isso, Nação Valente não é apenas um livro de análise. É um roteiro de ação para todos os portugueses que recusam assistir passivamente aos impactos políticos, económicos e sociais das crises do nosso tempo.

No centro da obra está uma “estratégia 4P”:

- **Como prevenir** as ameaças reais (da guerra híbrida à grande migração);
- **Como proteger** o que é nosso (soberania, democracia, identidade, educação e saúde);
- **Como projetar** Portugal como ponte geopolítica entre continentes;
- **Como prosperar** criando riqueza (economia digital, energia verde, indústrias críticas).

Uma estratégia ancorada na História, mas orientada para o futuro; fiel à identidade nacional, mas aberta ao mundo.

João Annes defende que **Portugal pode ser mais resiliente e seguro sem abdicar do respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos seus cidadãos**. O equilíbrio entre uma estratégia de defesa eficaz que nos protege a todos e, simultaneamente, preserva os valores democráticos que nos definem. É possível. É necessário. É urgente.

Este é um ensaio de intervenção cívica que transforma complexidade geopolítica em decisões estratégicas claras. Porque mais valente que reconhecer os perigos, é ter a coragem de os enfrentar. Somos uma Nação com 900 anos de História. Somos resilientes. Somos engenhosos. Todos somos necessários. Ninguém está dispensado.

Este livro mostra-nos o caminho.

PACTOR

ISBN 978-989-692-214-5
9 789896 932145